

Arbitragem nos Contratos de Concessão no Estado de São Paulo

TCMSP

Roteiro

1. Breve histórico do uso da arbitragem em SP
2. Dificuldades Enfrentadas
3. Algumas Lições

Algumas leis e decretos que disciplinam o uso de Arbitragem pela Administração Pública:

Lei nº 9.307/1996 – Lei Federal de Arbitragem

Lei nº 9.478/1997 – cria a ANP

Lei nº 11.079/2004 – Lei de PPPs

Lei nº 8.987/95, alteração em 2005 – Lei de Concessões

Lei nº 13.129/2015 – altera a Lei Federal de Arbitragem

Decreto fed nº 10.025/2019

Lei municipal 17.324/2020 + Decreto Mun 59.963/2020

Estaduais:

Lei nº 19.477/2011 – Lei estadual de MG

Decreto nº 46.245, de 19 de fevereiro de 2018 – RJ

Decreto nº 64.356, de 31 de julho de 2019 – SP

1. Breve histórico - evolução legislativa



1. Primeiros usos

1. Contratos com financiamentos (BID, BIRD, etc)
2. PPPs – Linha 4, Sabesp
3. Concessões

2. Dificuldades enfrentadas

- A redação da cláusula
- A escolha da Câmara Arbitral
 - Art. 154 Lei 14.133, de 01.02.2021: O processo de escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas observará critérios isonômicos, técnicos e transparentes.
- A escolha dos árbitros

2. Dificuldades enfrentadas

- Pagamento das custas
- Expertise para nos procedimentos

3. Algumas lições:

- Diferenças Poder Judiciário X Arbitragem
 - Custas
 - Postura Magistratura
 - Tempo processual
 - Produção de provas

- Gestão do Contrato
 - Documentação
 - Lisura

- Postura da Administração
 - Necessidade de efetiva análise quanto ao mérito
 - “olhar crítico”
 - Custo x benefício

- Projetos/contratos mais eficientes

Obrigada!

cristina@mastrobuono.com.br
+55 11 99651 2117

